

Ano eleitoral impacta a reforma administrativa parada na Câmara

Fator decisivo são as eleições, que desestimulam o avanço de pautas sensíveis

Por Martha Imenes

A reforma administrativa, protocolada na Câmara dos Deputados no fim de 2025, enfrenta um cenário de paralisia. Entre penduricalhos aprovados para servidores do Legislativo, decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) contra supersalários e a disputa política em torno da CPMI do INSS e do caso Master, o projeto acabou relegado a segundo plano. O fator decisivo, segundo parlamentares, é o calendário eleitoral de 2026, que desestimula o avanço de pautas sensíveis.

O relator da proposta, deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), critica a falta de apoio do Executivo. Para ele, o governo Lula evita enfrentar mudanças estruturais na gestão de pessoal do Estado por receio de atritos com sindicatos. “Não está no DNA do governo. Quando se fala em reestruturação de carreira mais rigorosa, a caneta deles falha”, afirmou.

Apesar de o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), declarar apoio à reforma como possível marca de sua gestão, o relato da reforma reconhece que o ano eleitoral reduz as chances de votação. “É natural que o político esteja olhando o curto prazo, que a cabeça esteja voltada para as reeleições”, disse Pedro Paulo.



Presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), já declarou apoio à reforma, mas...

Entenda

De acordo com o relator, a proposta busca combater privilégios e supersalários, tema que tem forte apelo popular — 83% da população reprovava vencimentos acima do teto constitucional, segundo pesquisa Datafolha de julho de 2025. Ainda assim, o lobby contrário permanece ativo no Congresso, defendendo benefícios livres de imposto de renda e capazes de ultrapassar o limite de R\$ 46,3 mil.

O texto da reforma também inclui medidas fiscais para estados

e municípios, como teto de gastos para Legislativo e Judiciário e restrições ao número de secretarias em cidades com alto custo administrativo. Pedro Paulo admite negociar ajustes, mas insiste que falta decisão política do governo para avançar.

Uma oportunidade de sinalização, segundo o relator, seria o veto presidencial ao novo penduricalho aprovado para servidores do Legislativo, que prevê gratificações e licenças compensatórias com possibilidade de pagamento em dinheiro. “Está aí uma bela oportunidade

para mostrar, sem vírgula, de forma clara, que é contra os supersalários”, concluiu.

Pedro Paulo insiste que o texto não retira direitos, mas enfrenta privilégios históricos. Ele afirma que a reforma busca atacar supersalários e penduricalhos, temas que contam com forte apoio popular. O deputado também admite negociar pontos polêmicos, como regras fiscais para municípios, mas cobra decisão política do governo para que a pauta avance.

Modernização do Estado

Para Rodolfo Tamanaha, professor de direito tributário do Ibmec Brasília a reforma administrativa é considerada fundamental para a modernização do Estado brasileiro, mas exige um debate aprofundado e cuidadoso. “O desafio do Congresso será equilibrar a urgência da pauta com a necessidade de construir um modelo que respeite as particularidades regionais e evite distorções no uso das ferramentas propostas”.

Entre os pontos centrais da proposta, pontua Tamanaha, está a avaliação de desempenho dos servidores públicos, vinculada à progressão na carreira e ao cumprimento de metas estabelecidas pelos gestores.

O especialista avalia que o debate revela desafios significativos. “O Brasil, com suas dimensões continentais, apresenta realidades institucionais muito distintas. Enquanto órgãos federais e o Distrito Federal possuem maior maturidade para implementar sistemas de avaliação baseados em critérios objetivos, muitas prefeituras ainda carecem de estrutura para aplicar tais mecanismos de forma eficiente”, explica o professor, que adverte: “O risco é que a reforma resulte em avaliações superficiais ou mal aplicadas, comprometendo a credibilidade do processo”.

O que dizem a base governista e a oposição

A proposta tem provocado reações distintas entre parlamentares da base do governo e da oposição. Enquanto aliados do presidente Luiz Inácio Lula da Silva demonstram cautela diante do texto, opositores defendem mudanças mais profundas no serviço público.

Deputados e senadores ligados ao governo reconhecem a necessidade de combater privilégios, mas avaliam que a proposta apresentada por Pedro Paulo é ampla demais e pode gerar desgaste político em ano eleitoral.

Parlamentares do PT e partidos aliados afirmam que o texto precisa ser ajustado para não afetar direitos já conquistados pelos servidores. nesse ponto, o relator do texto, deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), já admitiu fazer ajustes. Há também preocupação com a resistência de sindicatos, tradicionalmente próximos ao governo, o que explica a postura mais defensiva do Executivo em relação ao tema.

Já entre opositores, há apoio à ideia de endurecer regras de desempenho e limitar benefícios considerados excessivos. Deputados de partidos como União Brasil e PL defendem que a reforma avance para permitir a perda de cargo em caso de baixo rendimento, além de reduzir supersalários e penduricalhos. Para esses parlamentares, a proposta é vista como oportunidade de modernizar o Estado e aumentar a eficiência da máquina pública.

Sem retirada de direitos

Pedro Paulo insiste que o texto não retira direitos, mas enfrenta privilégios históricos. Ele afirma que a reforma busca atacar supersalários e penduricalhos, temas que contam com forte apoio popular. O deputado também admite negociar pontos polêmicos, como regras fiscais para municípios, mas cobra decisão política do governo para que a pauta avance no Congresso, o que parece muito distante.

Sindicatos e centrais

- Defesa de direitos adquiridos: entidades como Fenafisco e centrais ligadas ao funcionalismo afirmam que a PEC 38/2025 ameaça conquistas históricas dos servidores e pode abrir espaço para precarização das carreiras.

- Pressão política: sindicatos têm atuado junto a parlamentares da base governista para travar a tramitação da proposta, reforçando que não aceitarão mudanças que fragilizem a estabilidade ou reduzam benefícios.

- Narrativa contra supersalários: embora o relator insista que o texto mira apenas privilégios e penduricalhos, representantes sindicais argumentam que a reforma cria insegurança jurídica e pode atingir servidores de forma ampla.

- Impacto eleitoral: a proximidade das eleições de 2026 aumenta a força da mobilização sindical, já que parlamentares da base governista evitam confrontos com categorias organizadas e influentes.



Deputado Pedro Paulo já admite fazer ajustes no texto